

[Veja esse e-mail no seu navegador](#)



Olá, tudo bem?

O mês de maio começa com o impacto das imagens e enchentes no Rio Grande do Sul. Eventos que os moradores das Bacias Hidrográficas do Rio Tijucas e Rio Biguaçu conhecem bem. Prestamos nossa solidariedade ao Estado do Rio Grande do Sul e orientamos aos catarinenses, acompanhar os canais oficiais da Defesa Civil e portais de notícias sobre novas chuvas e previsão do tempo. É importante que estejamos preparados para esses eventos, que em função das mudanças climáticas, tendem a ocorrer com mais frequência.

No último mês, o Instituto Água Conecta, junto ao Comitê Tijucas e Biguaçu, realizou uma capacitação sobre "Os desastres naturais na Bacia Hidrográfica e as soluções baseadas na natureza", em que foram apresentadas medidas e caminhos possíveis para preparar melhor os municípios para desastres naturais de origem hídrica.

O evento contou com a participação de vários especialistas na área ambiental, desastres naturais e engenharia, além da Defesa Civil e da Diretora Executiva da Fundação do Meio Ambiente de São João Batista (FUMAB), Fernanda Brasil Duarte, que relatou os desafios e aprendizados com as enchentes de 2022 em São João Batista.

apresentamos um importante instrumento que está em discussão no Comitê Tijuca e Biguaçu, que é o Planejamento Estratégico. Também abordamos o Projeto de Lei Federal Nº2.918/2021 que prevê o corte dos recursos financeiros para a gestão hídrica.

Você confere ainda a agenda de eventos e outras notícias do Comitê Tijuca e Biguaçu.

Boa leitura!

Por dentro da Gestão Hídrica



Planejamento estratégico: visão de 2024 a 2026

Quais ações são necessárias para colocar em prática o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio Tijuca, Rio Biguaçu e bacias contíguas nos próximos três anos? Quais as responsabilidades do Comitê Tijuca e Biguaçu?

O Plano de Recursos Hídricos é o principal instrumento para gestão hídrica, numa visão de longo prazo, nas regiões hidrográficas estaduais e bacias. Trata-se de um documento robusto e detalhado, que orienta o planejamento para recuperação, uso, proteção e conservação dos recursos hídricos. Além deste instrumento, outro documento importante que orienta a atuação dos comitês de bacias hidrográficas é o Planejamento Estratégico, que é um documento objetivo, onde são identificadas oportunidades, definições de estratégia e de ações para atingir os objetivos do Plano de Recursos Hídricos.

objetivos previstos no Plano de Recursos Hídricos numa visão de curto e **médio prazo**. Uma proposta do documento foi elaborada pela Entidade Executiva, o Instituto Água Conecta, que deve ser aprovada pelos membros do Comitê via Câmara Técnica e Assembleia Geral. Posteriormente, são definidas as ações prioritárias e desdobrados projetos para o alcance das metas estabelecidas.

Assim, é essencial lembrar quais as atribuições dos Comitês de Bacia Hidrográfica:

Quadro 1 – Atribuições dos comitês de bacia

Atribuições	Deliberativas	Arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos pelo uso da água.
		Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica e consequentemente: - metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade; - prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos; - diretrizes e critérios gerais para cobrança; e - condições de operação de reservatórios, visando a garantir os usos múltiplos.
		Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos.
		Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.
	Propositivas	Acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.
		Indicar a Agência de Água para aprovação do Conselho de Recursos Hídricos competente.
		Propor os usos não outorgáveis ou de pouca expressão ao Conselho de Recursos Hídricos competente.
		Escolher a alternativa para enquadramento dos corpos d'água e encaminhá-la aos conselhos de recursos hídricos competentes.
		Sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água.
		Propor aos conselhos de recursos hídricos a criação de áreas de restrição de uso, com vista à proteção dos recursos hídricos.
Consultivas	Propor aos conselhos de recursos hídricos as prioridades para aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico na bacia.	
	Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes.	

[\(O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz? — Agência Nacional de Águas — Cadernos de Capacitação Volume 1 - Página 29\).](#)

O Planejamento Estratégico de 2024 a 2026 para o Comitê Tijucas e Biguaçu está em fase de análise pelos membros da Câmara Técnica Consultiva do Comitê Tijucas e Biguaçu. O documento deve ser aprovado no dia 29 de maio, na reunião

Como etapa preparatória para as definições e análise do Planejamento Estratégico, o Comitê Tijuca e Biguaçu realizou nesta quarta-feira, dia 08 de maio, um bate-papo virtual, das 14h às 15h, sobre as atribuições dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Os participantes puderam entender melhor quais as responsabilidades e papéis do Comitê para colocar em prática o Planejamento Estratégico.

Projeto de Lei Federal N°2.918/2021 prevê o corte dos recursos para gestão hídrica no Brasil

O principal sistema de monitoramento da chuva e vazão dos rios, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que fornece dados essenciais para o monitoramento e alerta de desastres naturais corre grande risco no Brasil.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), responsável pela Rede Hidrometeorológica Nacional, é a base para a disponibilização das informações sobre Águas no Brasil, contribuindo para a difusão do conhecimento sobre recursos hídricos. O SINGREH concentra dados de vazão, sedimentos dos rios, quantidade de chuvas, nível das águas e outras informações essenciais, pode ter os recursos financeiros cortados pelo projeto de Lei Federal N° 2.918 de 2021.

O Projeto de Lei prevê alterações na destinação de recursos aos municípios atendidos pela Rede Hidrometeorológica Nacional, deixando de contemplar 5.568 municípios para atender apenas 726 municípios.

Os recursos são oriundos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), instituída pela Lei Federal N°7.990 de 1989, que prevê a cobrança de 7% sobre as receitas das concessionárias de energia elétrica. Atualmente, os recursos arrecadados são divididos de duas maneiras:

- 1) 6,25% são divididos entre os municípios (65%), estados (25%) e União (10%);
- 2) 0,75% é repassado à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Os recursos destinados à ANA são utilizados na gestão e manutenção do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). O novo Projeto de Lei, formulado pela Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas

apenas os 726 municípios beneficiados pela Compensação Financeira passariam a usufruir integralmente dos 7%.

Contudo, a mudança no repasse de recursos vai contra o atual modelo e compreensão de gestão hídrica. Isso porque a gestão hídrica é realizada ao nível de Bacia Hidrográfica, uma vez que os rios e aquíferos não seguem os limites políticos dos municípios. Por isso é errado dizer que um rio pertence ao município X ou Y, ou mesmo ao estado Z. O Rio Tijucas, por exemplo, faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas, que envolve várias cidades, e nenhuma decisão sobre o Rio deve ser tomada isoladamente.

Entendemos que destinar recursos para somente 13% dos municípios, desconsiderando os modelos de gestão hídrica a partir das bacias hidrográficas, bem como o impacto sobre o controle de dados essenciais na prevenção de desastres naturais nos municípios, é extremamente grave e preocupante, ainda mais num contexto de aumento dos eventos extremos de origem hídrica em todo o país.

Cabe salientar que, esses recursos viabilizam programas para a gestão dos recursos hídricos dentro dos Comitês de Bacia Hidrográfica, como o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), que apoia os 16 comitês de bacia hidrográfica no Estado de Santa Catarina.

Você também pode ajudar a manter o SINGREH:

**[Vote contra o Projeto de Lei Federal na
Consulta Pública online](#)**

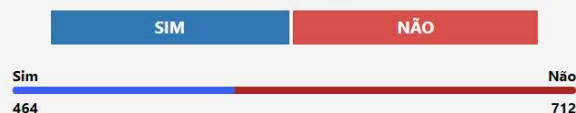
PROJETO DE LEI nº 2918 de 2021 (PL 2918/2021)

Dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.

Autoria
Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

[Ler texto da proposição](#)

Você apoia essa proposição?



Votos apurados até 26/04/2024 11:57:56

Comitê Tijucas e Biguaçu emite Moção ad referendum de repúdio ao Projeto de Lei Federal nº 2.918/2021

O Comitê Tijucas e Biguaçu emitiu no dia 23 de abril de 2024, uma Moção ad referendum de repúdio ao Projeto de Lei Federal nº 2.918/2021 que altera a compensação financeira municipal pela exploração dos recursos hídricos, destinada aos Senadores Catarinenses e à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Esta moção faz parte de uma estratégia em parceria com o Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas, alinhado ao Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, sobre o pronunciamento contrário a este projeto de lei.

As moções foram encaminhadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas a seus respectivos senadores estaduais solicitando que votem contra à aprovação do Projeto de Lei nº 2.918/2021.

Em Santa Catarina, a moção foi encaminhada ao Secretário da Comissão de Meio Ambiente no Senado, Airton Luciano Aragão Júnior, e aos senadores Esperidião Amin Helou Filho, Jorge Seif Júnior e Ivete da Silveira.

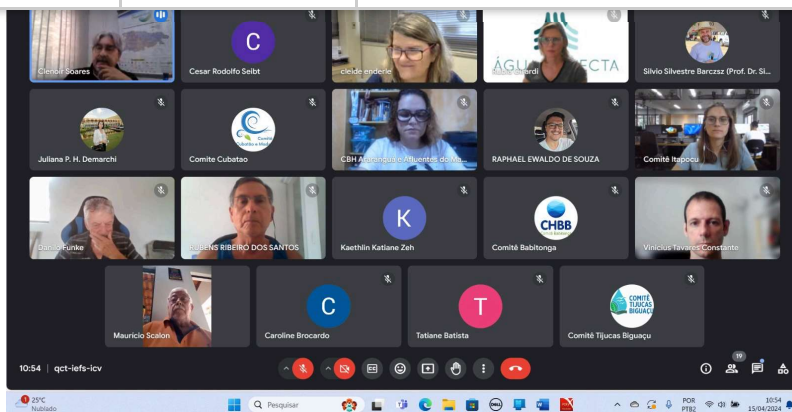
O documento solicita que os senadores catarinenses votem contra à aprovação do Projeto de Lei nº 2.918/2021.

A moção está disponível no SIRHESC, no link a seguir: <https://shre.ink/8SZw>.

Subscribe

Past Issues

Translate ▼



[sobre a participação do Comitê Tijucas e Biguaçu na reunião do Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas sobre o Projeto de Lei Federal 2.918.](#)

Notícias



Ações em São João Batista e outras experiências exitosas são destaque na capacitação sobre Desastres Naturais e Soluções baseadas na Natureza

No dia 16 de abril, o Comitê Tijucas e Biguaçu, em parceria com o Instituto Água Conecta, realizou uma capacitação online com o tema "Os desastres naturais na Bacia Hidrográfica e as soluções baseadas na natureza".

Durante o evento, que contou com mais de 60 participantes, foram realizadas sete palestras com especialistas na área ambiental, desastres naturais e engenharia, entre eles a Defesa Civil de Santa Catarina, com a apresentação dos principais mecanismos de prevenção, mitigação e preparação relacionados à proteção e Defesa Civil e respostas aos desastres naturais.

responsabilidades e formas de atuação dos comitês de bacias na prevenção e apoio em situações de desastres naturais de origem hídrica: enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos de terra – quando a ameaça é o excesso do volume de chuvas.

Além de instigar as entidades responsáveis para a execução de políticas públicas de prevenção e a resposta em eventos de desastres hidrológicos, os comitês de bacia podem cobrar dos órgãos públicos ações efetivas de monitoramento e alerta nos municípios.

Os comitês de bacias hidrográficas também podem auxiliar na divulgação de canais de informações confiáveis antes e durante os eventos críticos, bem como apoiar o mapeamento das áreas de risco nos municípios.

[Leia a notícia completa](#) e saiba mais detalhes sobre a capacitação realizada e os temas abordados.



Capacitação

COMITÊ TIJUCAS BIGUAÇU

Os desastres naturais na Bacia Hidrográfica e as soluções baseadas na natureza

Agradecemos pela participação de todos!

Realização



Apoio



Agradecimento





As lições dos desastres de 2022 em São João Batista

Para falar destes eventos catastróficos para a população batistense, a coordenadora da Defesa Civil, em 2022, Fernanda Brasil Duarte, proferiu palestra que tornou evidente os esforços das equipes municipais e regionais para situações de desastres desta natureza.

São João Batista é um município catarinense com mais de 200 mil km² e 32 mil habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE. A região é constantemente atingida por eventos e desastres naturais, como enchentes, enxurradas e alagamentos, e que são agravados pela ocupação irregular em áreas consideradas de risco, e outros fatores geológicos. Em dezembro de 2022, o município de São João Batista registrou a maior e mais grave enchente de sua história, com mais de 15 mil habitantes afetados, em 85% do território.

Em 2022, o município não estava preparado com um plano de ações para situações de emergência, tampouco com uma estrutura condizente para o resgate de moradores e animais domésticos e silvestres.

"Houve muito desencontro das informações divulgadas. A Defesa Civil do Estado publicou nas redes sociais um alerta, mas que não foi replicado no município. Nós fomos para a rua no começo da noite, junto à rádio local, alertando sobre a chuva e o risco de enchentes, mas foi tudo muito rápido. De madrugada, entre 3h e 6h da

O episódio ficou marcado pela ação emergencial de diferentes atores públicos e privados para resgate dos moradores nas áreas de risco, que envolveu o uso de helicópteros particulares, lanchas, barcos, além de caminhonetes e carros mais altos para transporte.

Durante o evento, o próprio Corpo de Bombeiros foi atingido, com a inundação da sede, e a falta de sinal para comunicação com a população. Esse e outros problemas, como a falta de estrutura, tornaram a gestão do evento caótica.

“De manhã, nós tínhamos mais de 1000 mensagens no celular da Defesa Civil, com pedidos de socorro em diferentes partes da cidade, com pessoas falando que iam morrer, que a mãe e o pai estavam presos... foi muito difícil”, recorda Fernanda Brasil Duarte. Imagens de bois arrastados pela correnteza, destruição de pontes, bem como casas totalmente submersas são exemplos da situação crítica vivenciada no município. Mas graças à mobilização da população e diferentes atores, não houve nenhum óbito.”

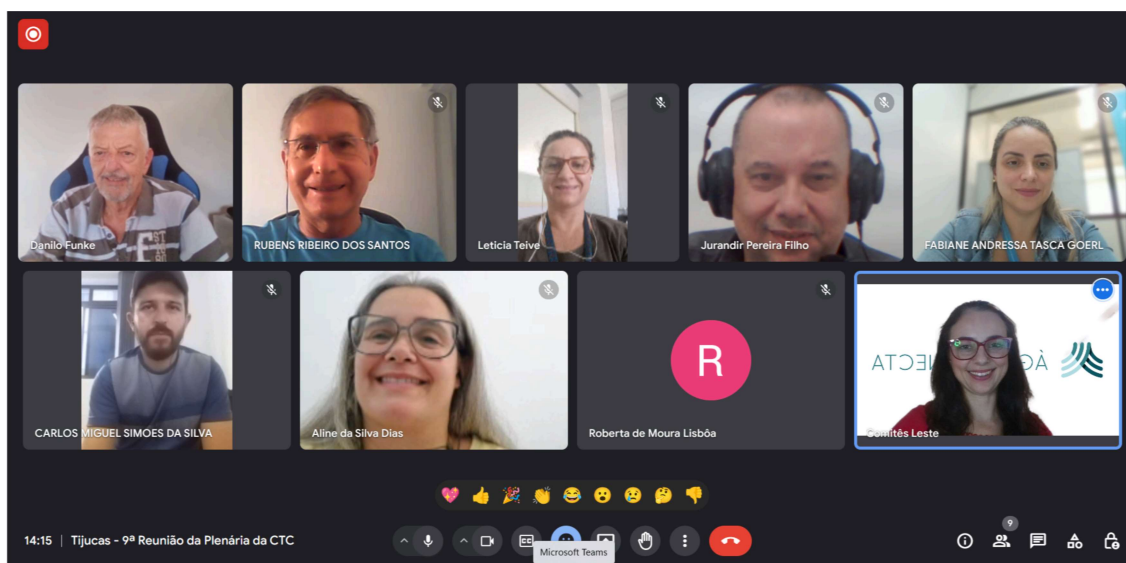
Leia [notícia completa](#) e conheça os principais avanços e ações de reestruturação de São João Batista após as enchentes de 2022.

9ª Reunião da Plenária da Câmara Técnica Consultiva aprova parecer sobre projeto de esgoto individual

No dia 24 de abril, foi realizada a 9ª Reunião da Plenária da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do Comitê Tijucas e Biguaçu, que acatou o parecer elaborado pelo Grupo de Trabalho Saneamento Rural, aprovando o projeto “Esgoto doméstico: tratamento individual, benefício coletivo — diretrizes para implementação de sistemas individuais de tratamento de esgoto em zonas rurais”, elaborado pelo Instituto Água Conecta. O parecer foi aprovado e será encaminhado para análise e aprovação na próxima Assembleia Geral do Comitê Tijucas e Biguaçu.

Outra importante discussão da Plenária foi a análise da proposta de Planejamento Estratégico do Comitê, concebida pela entidade executiva Instituto Água Conecta. Este Planejamento Estratégico prevê metas e ações que visam o avanço da gestão dos recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas do Rio Tijucas, do Rio Biguaçu e

ações do Plano de Recursos Hídricos, cuja execução compete ao Comitê.



Mobilização dos municípios para realização de ações de Educação Ambiental é discutida em reunião do GTEA RH08

No dia 30 de abril, foi realizada mais uma reunião do Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da Região Hidrográfica 08 (GTEA RH08), para tratar, entre outros assuntos, sobre a importância e os desafios na mobilização dos municípios para realização de ações de Educação Ambiental.

Desde 2005, a promoção de atividades de Educação Ambiental é prevista por lei em Santa Catarina (Lei Estadual N° 13.558), que define a Educação Ambiental como uma prática integrada, contínua e permanente (Art. 13). Da mesma forma, a Lei Estadual N° 16.794 de 2015 prevê a implantação de programas de formação dos profissionais na área de Educação Ambiental. Contudo, a realização efetiva de ações de Educação Ambiental nos municípios é um grande desafio.

Os participantes da reunião do GTEA RH08 relataram a dificuldade de engajamento e apoio dos órgãos públicos e no envolvimento da comunidade. A representante da Associação Guapé, Auridenes Matos, compartilhou sua experiência na mobilização para realização de ações de Educação Ambiental nos municípios do Maranhão.



- **13, 14 e 15 de maio** — [Festival Pint Brasil. Divulgação Univali.](#)
- **29 de maio** — 10ª Reunião da Plenária da Câmara Técnica Consultiva do Comitê Tijucas e Biguaçu com discussão do Planejamento Estratégico do Comitê. UNIVALI de Tijucas. Às 14h.

Recomendações de leitura



- [Gestão de Recursos Hídricos no Brasil em alerta!](#) - Artigo de opinião publicado pelo REBOB
- [Enchente histórica já afeta mais de 870 mil pessoas no RS](#) - Nexo Jornal

Quer saber mais sobre as ações realizadas pelo Comitês Tijucas e Biguaçu? Então, acompanhe as publicações nas nossas redes sociais no [Instagram](#) e [Facebook](#). Se tiver qualquer dúvida, por favor, entre em contato pelo e-mail comitetijucas@gmail.com!

Até breve,
Comitê Tijucas e Biguaçu.



Agradecimento: Projeto FAPESC, Termo de Outorga Nº: 2022TR002182

Informativo produzido pelo [Instituto Água Conecta](#)

Caso você não queira mais receber nossos [emails](#), basta nos avisar.

Você pode se [desinscrever](#) aqui

[Subscribe](#)

[Past Issues](#)

[Translate](#) ▼